Posseiros reclamam o direito de plantar

Os posseiros de Cachoeirinha, expulsos de suas terras em 1975, quando tentavam legitimá-las junto ao Incra e perderam a causa para 12 fazendeiros da região, passando então a sofrer toda sorte de perseguições, não aceitaram as terras oferecidas a eles pelo secretário de Agricultura, Gerardo Renault, por considerá las improdutivas.

três de agosto, logo após a realização do 1º Enclat — Encontro Estadual de Classe Trabalhadora — da qual resultou um documento encaminhado ao governo do Estado, denunciando a situação de miséria em que vivem 212 famílias na região de Cachoeirinha e do Barreiro, no Vale do Rio Doce, desde que suas terras foram tomadas pelos fazendeiros.

Recuados nestes dois municípios, às margens do Rio Verde, os posseiros foram presos e espancados centenas de vezes, seis deles morreram assassinados e 64 crianças morreram de inanição, pois não lhes sobrou um palmo de terra onde cultivar, além de estar proibida na região, pela Polícia Florestal, atividades como caça e pesca.

Toda esta situação foi levada ao secretário Gerardo Renault, que lhes prometeu 9.100 hectares de terra no município de Jaíba, a 100 quilômetros de Cachoeirinha, onde está sendo desenvolvido um pólo industrial.

Na última terça-feira, como haviam prometido ao secretário, os posseiros foram conhecer as terras doadas pela Secretaria da Agricultura, em companhia do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, André Montalvão, e de quatro assessores da Ruralminas.

Mas, infelizmente, eles constataram que as terras oferecidas são de puro areão e cascalho, sendo impossível cultivá-la com produtos de subsistência, que é o que eles desejam. Segundo suas deduções, somente uma empresa com muito recursos poderia aproveitar aquelas terras para o cultivo de çapim, única coisa possível de se plantar na região.

Assim, eles encaminharam ontem, ao secretário Gerardo Renault, um documento assinado pe o Sindicato Rural de Varzelándia e Janaúba, afirmando que a terra não serve para o cultivo e pedindo a intervenção do go-

verno estadual para que as suas terras lhes sejam devolvidas.

Segundo André Montalvão, que protocolou o documento na Secretaria ontem mesmo, "Cachoeirinha é uma favela no sertão. Os posseiros estão desesperados com a fome e a miséria que os persegue há acur, ao ludo das perseguições dos fazendoiros, montalem na solução imediata para o caso".

Eles disseram a Montalvão que se a Secretaria não resolver o seu problema eles irão a Brasília, pedir o apoio do Ministério da Agricultura, prometendo plantar em qualquer lugar quando tiver início o período das águas.

Mais ameaças

A FETAEMG denunciou também as arbitrariedades que ora se fazem ver no município
de Berilo, onde 88 famílias de trabalhadores
rurais vém sendo ameaçadas de expulsão,
Segundo a entidade, os posseiros vivem nas
comunidades de Cardoso (65 famílias), Morrinhos (15 famílias) e Capão (8 famílias), trabalhando na produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

O conflito começou quando a firma Cavalinhos Agropecuária S/A, de reflorestamento,
passou a exigir a saída dos trabalhadores alegando ser proprietária das terras onde eles
trabalham há mais de 40 anos, colocando tratores para abrir picadas e cercar essas áreas.
O grileiro Célio de Almeida, intermediário da
empresa, vem pressionando os posseiros a
sair da terra, para que possa obter seus lucros e repassá-los ilegalmente à firma Cavalinhos Agropecuária S/A, disse André Montalvão.

Ele informou que os posseiros estão sendo defendidos pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Berilo e Virgem da Lapa, bem como pela FETAEMG, achando-se organizados e mobilizados para não permitir o desrespeito aos seus direitos e permanecerem na terra, fonte de vida, trabalho e segurança para sua gente.

Todas as providências jurídicas já estão sendo tomadas na marca de Minas Novas, por um advogado da FETAEMG, cujo presidente alertou ontem as autoridades para a necessidade imperiosa da reforma agrária, indispensável na solução dos conflitos sociais no campo e da profunda crise que o País atravessa.



4 André Montalvão explica a situação dos posseiros

Posseiro não quer 101125 do Estado

A área oferecida pelo secretário da Agricultura, Gerardo Renault, aos posseiros de Cachoeirinha e Barreiro (região de Janaúba), foi considerada imprópria para a cultura de alimentos pelos trabalhadores. Uma comissão de 31 posseiros visitou a área, juntamente com técnicos da Ruralminas e chegou a esta conclusão. Por outro lado, eles enviaram um documento ao secretário da Agricultura, relatando a visita à área e reasirmando o desejo de terem de volta as terras que lhes foram tomadas pelos fazendeiros da região. O documento foi entregue ontem a Renualt.

"Para esta terra, nem bode amarrado vai". Esta foi a expressão encontrada pelos posseiros para condenarem de uma vez por todas a área oferecida pelo secretário da Agricultura. No documento, eles ressaltam que a terra "é só carrasco, formado de areião, o que torna difícil a correção do solo". Como o acesso aos instrumentos e materiais necessários à correção do solo está distante do trabalhador, eles não vêem condição de aceitarem a terra.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetacmg, André Montalvão, disse ontem que os posseiros ficaram muito desiludidos com a terra e "já estão desesperançosos com relação a uma decisão na esfera estadual". Ele informou, por outro lado, que a Fetaemg está providenciando uma ida dos trabalhadores a Brasilia, também para tratar do problema". As 212 familias de posseiros já deram um ultimato. Se até a chegada das chuvas

o problema não for solucionado, "nós vamos ocupar qualquer área disponível".

Os trabalhadores insistem em que o Estado providencie a desapropriação de uma área que lhes foi tomada por fazendeiros da região. Os fazendeiros, vale dizer, ganharam a posse da terra nas três instâncias da Justiça. Mas, os posseiros eram ocupantes da área há mais de 300 anos. De repente, se viram privados da única fonte de rende/alimentação de que dispunham. Hoje, a área é ocupada por pastagens e os proprietários não oferecem emprego para ninguém.

BERILO

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais denunciou também "as arbitrariedades que ora se fazem ver no municipio de Berilo, onde 88 famílias de trabahadores rurais vêm sendo ameaçadas de expulsão". Segundo a entidade, "o conflito começou quando a firma Cavalinhos Agropecuária S/A, de reflorestamento, passou a exigir a saída dos trabalhadores alegando ser proprietária das terras onde eles traba-Iham há mais de 40 anos e colocando tratores para abrir picadas e cercar essas áreas".

"O grileiro Célio de Almeida", acrescenta a Fetaemg — "intermediário da empresa, vem pressionando os posseiros para saírem da terra, para que possa obter seus lucros, repassando-as ilegalmente à firma Cavalinhos Agropecuária S/A.